

## RECLAMAÇÃO 36.679 RIO DE JANEIRO

**RELATOR** : MIN. GILMAR MENDES  
**RECLTE.(S)** : F.N.B.  
**ADV.(A/S)** : FREDERICK WASSEF E OUTRO(A/S)  
**RECLDO.(A/S)** : RELATOR DO HC Nº 014980-83.2019.8.19.0000 E DO HC Nº 0028203-06.2019.8.19.0000 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**RECLDO.(A/S)** : RELATOR DA MC Nº 0087086-40.2019.8.19.0001  
**ADV.(A/S)** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS  
**BENEF.(A/S)** : NÃO INDICADO

**DECISÃO:** Trata-se de reclamação ajuizada por Flávio Nantes Bolsonaro, contra ato de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, relator do HC 014980-83.2019.8.19.0000 e do HC 0028203-06.2019.8.19.0000.

O reclamante sustenta que, após o Ministro Presidente, Dias Toffoli, proferir a decisão sobre o tema 990 da sistemática da repercussão geral, em 15.7.2019, providenciou a juntada da referida decisão junto ao PIC 2018.00452470, em trâmite no MPRJ, bem como junto aos mencionados autos de *Habeas Corpus* 014980-83.2019.8.19.0000 e 0028203-06.2019.8.19.0000, requerendo a suspensão dos feitos.

Narra que, apesar de o Procedimento de Investigação Criminal e os Processos judiciais referidos versarem sobre o tema 990 da sistemática da repercussão geral e se enquadrarem na hipótese da decisão do Ministro Presidente Dias Toffoli, eles não foram devidamente suspensos, restando descumprida a decisão-paradigma, que assim determinou:

“Ante o exposto e observada a ressalva acima destacada: 1) determino, nos termos do art. 1.035, § 5º, do CPC, a suspensão do processamento de todos os processos judiciais em andamento, que tramitem no território nacional e versem sobre o Tema 990 da Gestão por Temas da Repercussão Geral; 2) determino, com base no poder geral de cautela, a suspensão do

processamento de todos os inquéritos e procedimentos de investigação criminal (PIC's), atinentes aos Ministérios Públicos Federal e estaduais, em trâmite no território nacional, que foram instaurados à míngua de supervisão do Poder Judiciário e de sua prévia autorização sobre os dados compartilhados pelos órgãos de fiscalização e controle (Fisco, COAF e BACEN), que vão além da identificação dos titulares das operações bancárias e dos montantes globais, consoante decidido pela Corte (...)” (STF, RE 1.055.941/ SP, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 15.7.2019)

Diante do pleito do reclamante junto ao TJRJ, a autoridade coatora proferiu, em 27.8.2019, decisão no sentido de aguardar o trâmite dos *habeas corpus* para verificar se existe, de fato, similitude entre o procedimento investigatório levado a cabo pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, o PIC 2018.00452470, e a decisão-paradigma.

Transcreva-se trecho da decisão reclamada:

“É oportuno acentuar que a investigação que tramita contra o paciente não se iniciou por informações trazidas pelo COAF a respeito do paciente, mas sim de outra pessoa (...) A situação agora modificou-se porque, com base em investigação diretamente relacionada ao paciente, houve pedido de quebra de sigilo bancário, financeiro e fiscal ao Poder Judiciário (...) A investigação impugnada pode prosseguir no tocante aos aspectos não relacionados à quebra do sigilo bancário, obtido no bojo das investigações através dos RIFs 34670 e 38484 (...) Assim sendo, torna-se necessário examinar, em concreto, se no procedimento investigatório houve excesso nas informações obtidas pelo Ministério Público (...) O pedido do impetrante é mais amplo do que o obtido na instância extraordinária, pois lá se suspendeu a investigação e aqui as impetrantes buscam obter o trancamento da investigação ou o seu arquivamento (...) Consequentemente, há que se prosseguir com o Habeas Corpus para, de conformidade com os princípios antes aduzidos, em resguardo ao direito constitucional do ora paciente, examinar

por completo a investigação intentada, agora, apreciando, concretamente, se houve violação de direitos constitucionais do paciente, seja no tocante ao sigilo bancário, ao contraditório e ao direito de defesa, todos assegurados constitucionalmente, determinando-se o que for de direito”. (eDOC 1)

Requer, assim, seja julgada procedente a presente reclamação, a fim de suspender o procedimento investigatório e os processos penais acima apontados, tal como determinado pela Presidência desta Corte.

É o relatório.

### **Decido.**

A decisão proferida pelo eminente Ministro Dias Toffoli nos autos do RE 1.055.941, com fundamento no art. 1.035, § 5º, do Código de Processo Civil, determinou que a suspensão nacional operar-se-ia, de forma geral, sobre as múltiplas demandas em que se discute a forma de transferência, para fins penais, de dados obtidos por órgãos administrativos de fiscalização e controle – incluindo a Receita Federal, o COAF e o BACEN. Destaque-se o seguinte trecho da fundamentação da decisão:

“Feito esse registro, anoto que as razões escritas trazidas ao processo pelo requerente agitam relevantes fundamentos, que chamam a atenção para situação que se repete nas demandas múltiplas que veiculam **matéria atinente ao Tema 990 da Repercussão Geral**, qual seja, **as balizas objetivas que os órgãos administrativos de fiscalização e controle, como o Fisco, o COAF e o BACEN**, deverão observar ao transferir automaticamente para o Ministério Público, para fins penais, informações sobre movimentação bancária e fiscal dos contribuintes em geral, sem comprometer a higidez constitucional da intimidade e do sigilo de dados (art. 5º, incisos X e XII, da CF)”. (STF, RE 1.055.941/ SP, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 15.7.2019)

A decisão paradigma, portanto, ordenou a suspensão do processamento de *“todos os processos judiciais em andamento, que tramitem no território nacional e versem sobre o Tema 990 da Gestão por Temas da Repercussão Geral”* e ainda de *“todos os inquéritos e procedimentos de investigação criminal (PIC’s), atinentes aos Ministérios Públicos Federal e estaduais, em trâmite no território nacional, que foram instaurados à míngua de supervisão do Poder Judiciário e de sua prévia autorização sobre os dados compartilhados pelos órgãos de fiscalização e controle (Fisco, COAF e BACEN), que vão além da identificação dos titulares das operações bancárias e dos montantes globais, consoante decidido pela Corte”*.

No caso dos autos, o reclamante pretende suspender o andamento do PIC 2018.00452470, em trâmite no MPRJ, bem como dos *Habeas Corpus* 014980-83.2019.8.19.0000 e 0028203-06.2019.8.19.0000, esses em trâmite no TJRJ.

Considerando os parâmetros fixados na decisão paradigma, para que a suspensão nacional atinja tais procedimentos administrativos e judiciais, basta que fique evidenciado (1) que a instauração do PIC 2018.00452470 e dos *Habeas Corpus* 014980-83.2019.8.19.0000 e 0028203-06.2019.8.19.0000 versa sobre o compartilhamento de dados entre o COAF e o Ministério Público; (2) que o compartilhamento de dados deu-se sem autorização judicial da quebra de sigilos fiscais, bancários e financeiros e (3) que referido compartilhamento ultrapassou a identificação dos titulares das operações bancárias e dos montantes globais. No caso dos autos, entendo que todos os três requisitos estão antedidos.

Não prospera o argumento do juízo reclamado no sentido de que, em razão de as informações inicialmente prestadas pelo COAF ao MPRJ, sem a devida autorização judicial, dizerem respeito a outra pessoa, não haveria que se falar em similitude com a decisão paradigma.

Tendo sido a instauração do procedimento de investigação criminal, pelo MPRJ, provocada e fundamentada por compartilhamento de dados com o COAF, sem o devido controle judicial, deve incidir os efeitos da decisão paradigma.

Além disso, vale destacar que o referido compartilhamento atingiu

diretamente a esfera jurídica da pessoa do reclamante.

Ademais, verifica-se que, na presente demanda, o Relatório Fiscal de Inteligência Financeira do COAF compartilhado com o Ministério Público do Rio de Janeiro, antes de autorização judicial, continha elementos que ultrapassavam as balizas objetivas estabelecidas pelo STF no julgamento das ADIs 2.386, 2.390 2.397 e 2.859, quais sejam (i) a indicação dos titulares das operações e (ii) a indicação dos montantes globais movimentados.

A necessidade de observância de balizas objetivas foi explicitamente referenciada na decisão do relator do RE 1.055.941, quando destacou que:

“O julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade pelo Plenário no qual se reconheceu a constitucionalidade LC nº 105/2001 (ADI's nsº 2.386 2.390 2.397 e 2.859, todas de minha relatoria, julg. 24/2/16, DJe 21/10/16), foi enfático no sentido de que **o acesso às operações bancárias se limita à identificação dos titulares das operações e dos montantes globais mensalmente movimentados, ou seja, dados genéricos e cadastrais dos correntistas, vedada a inclusão de qualquer elemento que permita identificar sua origem ou [a] natureza dos gastos a partir deles efetuados, como prevê a própria LC nº 105/2001.** Portanto, a depender do que se decidir no paradigma da controvérsia, o risco de perseguições penais fundadas no compartilhamento de dados bancários e fiscais dos órgãos administrativos de fiscalização e controle com o Ministério Público, sem o adequado balizamento dos limites de informações transferidas, podem redundar em futuros julgamentos inquinados de nulidade por ofensa às matrizes constitucionais da intimidade e do sigilo de dados (art. 5º, incisos X e XII, da CF)”. (STF, RE 1.055.941/ SP, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 15.7.2019)

No caso dos autos, observa-se que o RIF 38.484 apresenta, além dos detalhamentos bancários, informações sobre a origem, a natureza e o destino das operações realizadas pelos investigados.

Destaca-se, ainda, a presença, nos autos, de e-mail enviado pelo MPRJ, datado de 14.12.2018, em que o MPRJ solicitou ao COAF, a partir do compartilhamento inicial do RIF 27.746, a ampliação das informações prestadas, o que foi prontamente realizado pelo COAF e deu origem ao RIF 38.484, também compartilhado com o MPRJ em 18.12.2018, sem prévia autorização judicial.

Nesse sentido, vale mencionar e-mail interno do MPRJ, datado de 18.12.2018, em que se confirma o que foi dito acima (e-DOC 11, p. 30):

**“Prezado Dr. Cláudio, bom dia. Encaminho, em anexo, o RIF n. 38.484 e DOI enviados pelo COAF e recebidos por esta CSI/DLAB na data de hoje, relativo à complementação do RIF 27.746. Ressalto que esta Divisão está elaborando uma Informação Complementar ao RIF contendo pesquisas aos bancos de dados conveniados e análise de vínculos entre as pessoas e informações contidas no Relatório de Inteligência. Outrossim, com relação aos questionamentos feitos em reunião do dia 13/12, referente às possíveis inconsistências existentes no RIF 27.746, esclareço que, após contato com o COAF, foi dito que: 1) O COAF entrará em contato com o Banco para obter esclarecimentos acerca do montante a crédito descrito no item 81.1.1 que não condiz com o somatório de todos os lançamentos a crédito narrados na comunicação (...) Com relação às transferências, a primeira delas refere-se às TEFs e a segunda é relativa às TBIs. Todavia, o COAF entrará em contato com o Banco para aferir se de fato uma mesma pessoa realizou essas transferências em momentos e valores diversos (...)”**

Ressalta-se que, ao invés de solicitar autorização judicial para a quebra dos sigilos fiscais e bancários do reclamante, o *Parquet* estadual requereu diretamente ao COAF, por e-mail, informações sigilosas, sem a devida autorização judicial, de modo a nitidamente ultrapassar as balizas objetivas determinadas na decisão paradigma, como se depreende de uma análise atenta do RIF 38.484.

É preciso dizer, ainda, que o argumento levantado pela autoridade coatora, no sentido de que os *habeas corpus* impugnados devem seguir o seu curso normal, já que tramitam em favor de interesse do próprio reclamante, não deve prosperar. A autoridade coatora pretende analisar questões intimamente ligadas ao julgamento, pelo plenário, da decisão paradigma, o que deve ser aguardado, conforme fixado na referida decisão.

A decisão paradigma é clara ao determinar que as investigações e os processos criminais que têm como objeto o tema 990 da repercussão geral desta Suprema Corte devem ser suspensos até o julgamento final do RE 1.055.941 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao qual compete dirimir essas questões.

Em acréscimo, o reclamante demonstra que a tramitação dos referidos *habeas corpus* não atende, por hora, ao interesse da defesa, que pugna, de forma legítima, pela resolução do Tema 990 antes do julgamento dos *writs*.

Sendo assim, não há que se falar em seguir o curso dos remédios constitucionais em trâmite no TJRJ como forma de respeito aos interesses do reclamante.

É importante registrar que a suspensão do processo em razão da pendência de julgamento do Tema 990 de RG acarreta a suspensão da prescrição do feito, de modo que não verifico prejuízo à investigação ou risco de impunidade. Nesse sentido, transcrevo precedente desta Suprema Corte que delimitou a questão, assim ementado:

**EMENTA: QUESTÃO DE ORDEM NA REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONTRAVENÇÕES PENAIS DE ESTABELECEM OU EXPLORAR JOGOS DE AZAR. ART. 50 DA LEI DE CONTRAVENÇÕES PENAIS. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO, CONFORME A DISCRICIONARIEDADE DO RELATOR, DO ANDAMENTO DOS FEITOS EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, POR FORÇA DO ART. 1.035, § 5º, DO CPC/2015.**

APLICABILIDADE AOS PROCESSOS PENAIS. SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA RELATIVA AOS CRIMES PROCESSADOS NAS AÇÕES PENAIS SOBRESTADAS. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO DO ART. 116, I, DO CP. POSTULADOS DA UNIDADE E CONCORDÂNCIA PRÁTICA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. FORÇA NORMATIVA E APLICABILIDADE IMEDIATA AOS FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO EXERCÍCIO DA PRETENSÃO PUNITIVA, DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA VEDAÇÃO À PROTEÇÃO PENAL INSUFICIENTE.

1. A repercussão geral que implica o sobrestamento de ações penais, quando determinado este pelo relator com fundamento no art. 1.035, §5º, do CPC, susta o curso da prescrição da pretensão punitiva dos crimes objeto dos processos suspensos, o que perdura até o julgamento definitivo do recurso extraordinário paradigma pelo Supremo Tribunal Federal. (...) (RE 966177 RG-QO, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 07/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-019 DIVULG 31-01-2019 PUBLIC 01-02-2019)

Ressalte-se que as informações bancárias ou fiscais mencionadas encontram-se registradas perante as instituições financeiras e órgãos de controle, inexistindo risco de perecimento de provas

Anote-se ainda que a presente decisão não traduz qualquer antecipação do entendimento deste relator quanto ao mérito da tese de Repercussão Geral a ser apreciada no julgamento do RE 1.055.941.

Na reclamação em tela, o juízo de cognição desenvolvido cinge-se à verificação do descumprimento da decisão paradigma do eminente Min. Dias Toffoli que, por ter sido fundamentada na incidência do art. 1.035, § 5º, do CPC/2015, implica o sobrestamento das demandas que versam sobre o objeto do Tema 990 da Repercussão Geral.

## RCL 36679 / RJ

Por todos esses motivos, resta claro o descumprimento da decisão proferida por esta Corte, de modo que a presente reclamação deve ser provida.

Ante o exposto, **julgo procedente a presente reclamação para determinar, tão somente em relação ao reclamante, a suspensão do andamento do PIC 2018.00452470, em trâmite no MPRJ, bem como dos *Habeas Corpus* 014980-83.2019.8.19.0000 e 0028203-06.2019.8.19.0000, em trâmite no TJRJ, até o julgamento final, pelo STF, do tema 990 da repercussão geral, pautado para 21 de novembro de 2019, nos termos decididos pelo Ministro Dias Toffoli, no Recurso Extraordinário 1.055.941/SP.**

Diante da gravidade dos fatos, sobretudo no que tange ao e-mail trocado entre o Ministério Público do Rio de Janeiro e o COAF com a quebra indevida do sigilo do reclamante, determino que seja oficiado ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para a apuração da responsabilidade funcional dos membros do MP/RJ.

Outrossim, considerando que a Constituição Federal estabelece a regra da publicidade dos atos processuais e dos julgamentos do Poder Judiciário, ressalvada a preservação do direito à intimidade do interessado (art. 93, inciso IX), determino a publicação na íntegra da presente decisão, mantendo-se o sigilo dos autos restritos às partes em razão da existência de dados bancários e fiscais do reclamante acobertados pela proteção à intimidade.

Intimem-se as partes via DJe.

Publique-se.

Brasília, 27 de setembro de 2019.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*